

**CADIn – Congresso Internacional “Perturbações do Desenvolvimento da Infância à Idade Adulta” – Centro de Congressos do Estoril
27 de Março 2009**

Título da Comunicação:

O Papel das Instituições de Educação Especial enquanto Centros de Recursos para a Inclusão. Narrativa de um Projecto, *aninhado* no Estudo de Caso singular de uma organização aprendente.

Ana Teresa Brito Nascimento

Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich

Resumo

Nesta comunicação, apresenta-se o Projecto Unidades Locais (1988-2003), edificado pela Fundação LIGA, antiga Liga Portuguesa dos Deficientes Motores-Centro de Recursos Sociais. O estudo deste Projecto foi realizado no âmbito de uma Investigação/ Estudo de Caso realizada sobre esta organização - que reputamos como aprendente - entre 2005 e 2008 (Doutoramento em Estudos da Criança, área da Educação Especial, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho).

O Projecto Unidades Locais, pertencente ao passado recente da Instituição, espelha a sua vocação emergente enquanto Centro de Recursos, função que, formalmente, assumiu desde 1998. Projectando o modelo institucional na Comunidade Educativa, inscreve-se profundamente nos princípios orientadores e pressupostos básicos da Instituição enquanto Centro de Recursos.

Sabendo que, no momento presente, esse papel é projectado em Portugal para todas as Instituições de Educação Especial - estando previsto que esta reorientação se realize de modo progressivo, no horizonte temporal do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), entre 2007 e 2013 (Ministério da Educação/DGIDC, 2006) - pretende-se, a partir do *nascimento*, desenvolvimento e acção do Projecto Unidades Locais, discutir o papel das Instituições de Educação Especial enquanto Centros de Recursos para a Inclusão, numa perspectiva reflexiva e crítica.

Tendo por base a definição de inclusão como um processo ecológico e sistémico de pertença e participação, dar-se-á relevo aos elementos-chave que se destacam no estudo deste Projecto, nomeadamente, o valor pedagógico, social e cultural da diferença, enquanto potencialidade; a importância e papel transformador da participação; a influência política do projecto nas práticas implementadas e na produção legislativa; a relevância do trabalho em parceria, traduzido pela acção e pela centralidade do papel das famílias e envolvimento activo da/na comunidade; e o papel determinante dos afectos no Projecto, evidenciado pelos testemunhos das crianças, famílias e profissionais nele envolvidos.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Especial, Centros de Recursos para a Inclusão

Quando apresentamos um projecto como o “Projecto Unidades Locais”, sabemos que corremos o risco de diluir aquilo que de mais importante o constitui – o papel determinante do compromisso para com a diferença, que nele se apresenta enquanto valor – na forma como o narramos. Assumimos, no entanto, este risco por acreditarmos no interesse que a sua apresentação pode ter para aqueles que buscam respostas, efectivas e afectivas, para crianças e jovens com necessidades especiais, no contexto da actual politica inclusiva.

Como sublinha António Damásio (2002), “a emoção bem dirigida parece ser o sistema de apoio sem o qual o edifício da razão não pode funcionar eficazmente”, e é assim que, com razão assente na emoção, procuraremos narrar a história recente deste projecto.

Contextualização do tema da comunicação

Recuando à origem do conceito de inclusão educacional, verificamos que teve como intenção fundamental inserir crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) severas nas escolas de ensino regular da sua zona de residência. Como afirma Correia (2003:16) “ao afastarmo-nos desta perspectiva (...) podemos estar a subverter o espírito do conceito e, conseqüentemente, a esquecermo-nos cada vez mais da criança com NEE”.

De facto, toda a dinâmica inclusiva, que se gerou nas ultimas décadas, estimula os sistemas escolares e as escolas a aprender a responder a todas as crianças, incluindo as que têm incapacidades graves, de forma a garantir o seu sucesso – a escola deverá assim, assumir-se como veículo de mudança, actuando como impulsionadora de uma sociedade inclusiva, em que progressivamente sejamos capazes de “aprender a viver juntos” (Delors, 1996).

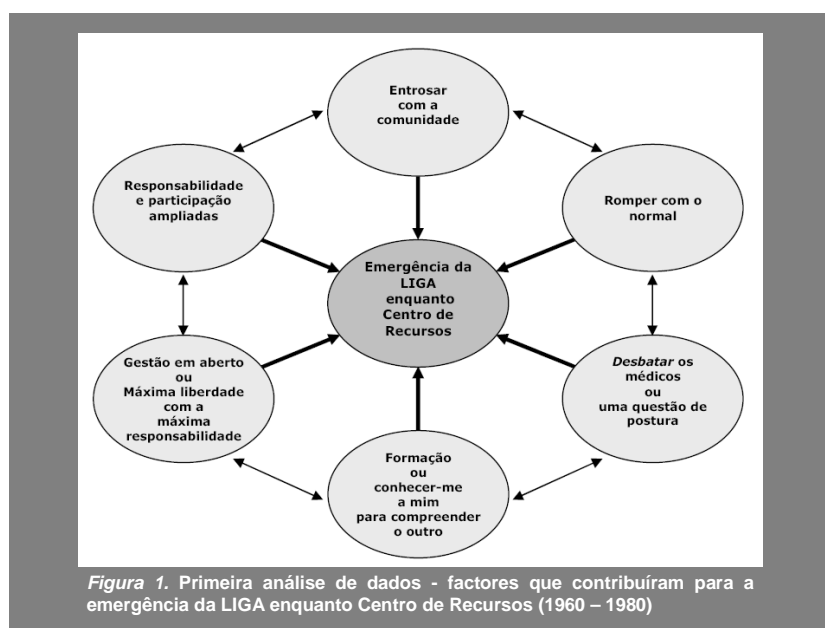
Deste princípio fundamental – de que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem (UNESCO, 1994) – derivam novas concepções e acções estratégicas, incluindo as que dizem respeito à reforma das instituições sociais, aos deveres da escola e, concretamente, à nova função conferida às Instituições de Educação Especial. A estas instituições é agora outorgado um renovado papel – o de apoiar as escolas regulares na resposta às necessidades individuais dos seus alunos (UNESCO, 1994). Em Portugal, está previsto que esta reorientação se faça de modo progressivo, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), entre 2007 e 2013 (Ministério da Educação/DGIDC, 2006).

Apesar desta directriz só recentemente ter sido estabelecida, algumas instituições de Educação Especial iniciaram o seu percurso nesta direcção há alguns anos atrás – foi o caso da Fundação LIGA¹, organização cinquentenária que, já nos anos 90, se assumiu, formalmente, enquanto Centro de Recursos Sociais.

Como sublinha Carneiro (2003), “o sistema orientado à inovação apresenta-se como um traço de união com o futuro, uma espécie de antecipação premonitória que, salvaguardando uma história e um património de meticulosa construção ao longo de décadas, encara os desafios vindouros com confiança e visão transformista”. Ser capaz de ler a realidade, e de se ler a si mesma, reconfigurando-se para se (co)responsabilizar pela construção da inclusão, foi um desígnio que esta Instituição de Educação Especial assumiu.

Pela nossa parte, quisemos, justamente, compreender os pressupostos básicos partilhados que constituem a sua cultura organizacional e entender como provocaram e fundamentaram a sua abertura ao meio externo e a sua capacidade de mudança e inovação, propiciando a passagem de Instituição de Reabilitação e Educação Especial a Centro de Recursos Sociais.

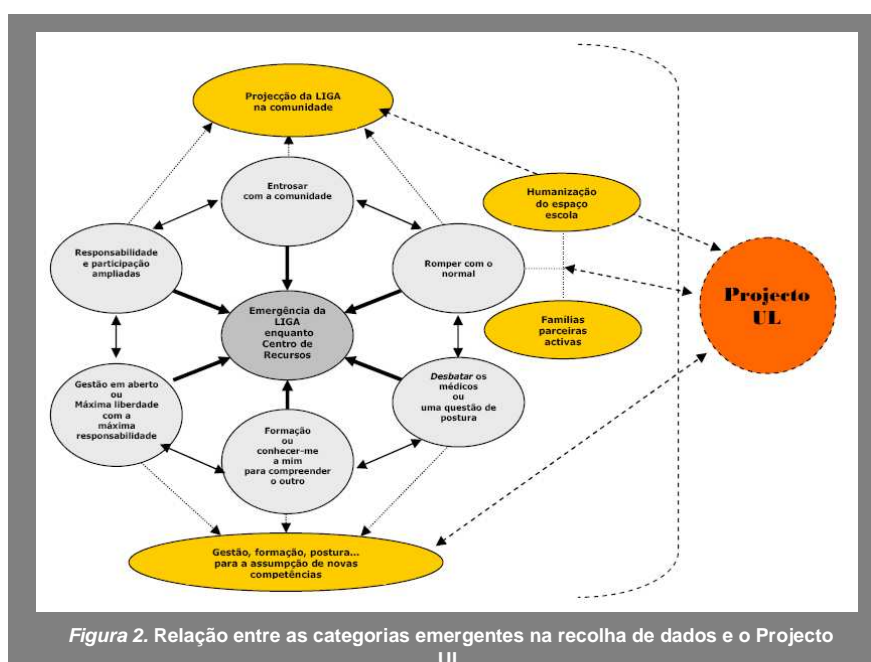
Neste caminho de pesquisa, verificámos que a sua emergência enquanto Centro de Recursos, resultou de um conjunto de factores que a potenciaram (Figura 1), e, simultaneamente, entendemos que estes factores encontraram especial acolhimento no “Projecto Unidades Locais”, que nasceu da firme vontade de materialização deste conjunto de princípios, então emergentes.



¹ Visto ter tido diversas denominações ao longo da sua história de vida – Liga Portuguesa dos Deficientes Motores; LPDM – Centro de Recursos Sociais e Fundação Liga – optámos por designá-la simplesmente por LIGA ao longo deste texto, com excepção da reprodução de excertos da documentação analisada, onde nos mantemos fiéis à designação neles utilizada.

Podemos afirmar que Projecto Unidades Locais surge como uma projecção do modelo da LIGA na própria comunidade (Figura 2), materializando, de modo particular, a vontade de que as famílias conquistassem um papel mais activo no processo de decisão, que lhes era devido, e de que as crianças com multideficiência fossem reconhecidas pela comunidade, ocupando o seu espaço social, começando pelo acesso à escola.

O projecto, neste sentido profundo de procura da inclusão das crianças e jovens com NEE na sociedade, bem como das suas famílias, "antecipa o futuro para definir estratégias que o tornem realidade" (Macedo, 2000:109).



Se nos detivermos nos termos "Unidades Locais", verificamos como veiculam duas ideias-chave do projecto: por um lado a ideia de **unidade**, uma vez que ser uno, unido, um, é definir, em parte, a estratégia que torna o projecto realidade – unidade de ideia, unidade de princípios e fins; unidade interna que se pretende visível externamente, clara, acessível, aberta. No entanto, pela sua especificidade, a unidade não pode, nem quer, ser predefinida – ela assume-se com base em aspectos gerais comuns, mas consubstancia-se por acções ajustadas ao seu contexto, personalizadas. Chegamos então ao conceito de **local** – defendendo a cooperação entre membros de uma mesma comunidade para tornar possível a inclusão de crianças com multideficiência na escola de ensino regular da sua zona de residência, a LIGA provocou ligações, tomou iniciativa de expor o seu projecto, contando com os outros como parceiros, acreditando que todos os indivíduos e forças da comunidade apresentam pontos fortes e capacidades, assim como todos

detêm a aptidão de se tornarem mais competentes como pessoas e no seu contributo como membros desta mesma comunidade.

Partindo desta perspectiva, simultaneamente integral (una) e específica (local), desenharam-se então os seus objectivos:

(1) Criar unidades de atendimento terapêutico-pedagógico, destinadas a pequenos grupos de crianças com multideficiência (dos 6 aos 16 anos), a funcionar em estruturas escolares da sua comunidade de residência; (2) Incentivar a participação das famílias promovendo a sua capacidade de decisão, através de uma efectiva corresponsabilização em todo o processo; (3) Favorecer a interacção entre este grupo de crianças e as restantes crianças, famílias, pessoal e estruturas em que cada Unidades Local se insere; (4) Implicar os agentes locais, através da sua corresponsabilização neste processo, promovendo a cidadania para a construção de uma comunidade mais inclusiva.

Seguidamente sobreveio o mais difícil – actuar, em cada momento, tendo em vista a conquista dos objectivos traçados. Passamos a narrar, brevemente, esse caminho.

Nascimento e implementação das Unidades Locais

Para dar início a todo o processo desenrolaram-se dois tipos de acções – internas e externas. Nas acções internas, foi feito (1) um levantamento de crianças que frequentavam a LIGA, de acordo com os critérios estabelecidos para a frequência das Unidades Locais – Crianças/jovens com multideficiência que a LIGA apoiava e que, pelas suas características, não tinham possibilidade de acompanhar um currículo do ensino regular, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos – e (2) o seu agrupamento pela proximidade da zona de residência.

Nas acções externas destaca-se o início dos contactos para a implementação das Unidades Locais na comunidade de residência das crianças.

Esta ideia de que as crianças deveriam frequentar a escola da sua zona de residência é chave em todo o processo – o que se pretendia através desta medida era aproximar as crianças e suas famílias da sua comunidade de origem, potenciando a sua relação próxima com a mesma, desenvolvendo um sentimento de pertença e de cooperação que seriam, eventualmente, fundamentais ao longo de toda a vida da criança e sua família. Tratando-se de crianças com NEE muito severas, esta era uma via de aproximação afectiva e efectiva à sua comunidade.

A história da abertura da primeira Unidade Local é, a este nível, paradigmática mostrando como a persistência da LIGA e a qualidade trabalho desenvolvido na

comunidade, foram os veículos para que esta se tornasse um caso de sucesso (Nascimento e Santos, 2006):

A primeira Unidade Local surge em 1988, nas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Queluz. Esta era a zona de residência de quatro crianças que frequentavam a tempo inteiro a LIGA, deslocando-se diariamente à sua sede na Ajuda, em Lisboa. Com a implantação da Unidade Local no seu local de residência, as crianças e suas famílias viram reduzidos os tempos de deslocação e abertas novas possibilidades de acessibilidade a estruturas locais.

Apesar de já ter sido estabelecido um primeiro contacto com a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Queluz, onde preferencialmente a Unidade Local deveria abrir, esta hipótese não foi, num primeiro momento, possível. No entanto, as instalações do Bombeiros Voluntários, que ficavam mesmo em frente à Escola, abriram as suas portas. Esta proximidade física deu lugar a um progressivo reconhecimento deste grupo pela comunidade, resultando numa proximidade afectiva, vinculadora de laços que permitiram a integração destas crianças em algumas iniciativas locais, como o *Programa Férias na Praia*, com a Junta de Freguesia.

Todos estes factores contribuíram para que, um ano mais tarde, a Unidade Local viesse a funcionar *dentro* das Instalações da Escola. (p.26,27)

Apesar do original nascimento da primeira Unidade Local ter tido um desenvolvimento bem sucedido, no desenrolar do processo de implementação das restantes unidades foi determinante a elaboração escrita do Projecto, denominado "Projecto de integração de crianças multideficientes na rede oficial do ensino básico e secundário" para apresentação ao Ministério da Educação – deste constavam os seus fundamentos, objectivos e pressupostos².

Iniciaram-se então os contactos e negociações com o Ministério da Educação e/ou outras entidades oficiais ou privadas – Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, etc. – a fim de conseguir um espaço devoluto para instalar a Unidades Locais.

Estes contactos e negociações viriam a dar frutos a curto e médio prazo, tendo sido abertas oito Unidades Locais entre 1988 e 1997, sendo sete integradas em Escolas do Ensino Básico, e uma Unidade Local integrada num Centro Social e Paroquial, onde funcionava um Jardim de Infância e ATL, pelo que, apesar de não estar situada numa Escola, mantinha a filosofia do contacto com a comunidade educativa da zona de residência das crianças³.

² Pressupostos – (...) esta forma de integração vai favorecer a socialização e educação das crianças deficientes e não deficientes e proporcionar à escola o cumprimento mais eficaz da sua missão; A descoberta das potencialidades destas crianças e suas famílias promoverá progressivamente a mudança de atitude perante a deficiência, dos alunos, das famílias e dos professores; O universo escolar cumprirá a sua função de agente de mudança para uma sociedade mais justa e racional; Maior enriquecimento profissional pela oportunidade de trocar experiências e ideias, de observar e confrontar novas realidades educativas; Equipas multidisciplinares em interacção construtiva, factor de progresso individual e colectivo; A experiência forçará a mudança legislativa tornando-a mais coerente com os princípios da Constituição da República Portuguesa.

Excerto do "Projecto de integração de crianças multideficientes na rede oficial do ensino básico e secundário" (1989)

³ A partir de 1997, e face aos bons resultados obtidos, a LIGA inicia também contactos com as Escolas do Ensino Básico 118 e 76, propondo um novo projecto de parceria, que deriva deste primeiro, e que visa a escolarização de crianças com multideficiência, cujo potencial cognitivo permite acompanhar o currículo da sua turma de referência, frequentando a tempo inteiro a sala de aula e, simultaneamente,

Utilizando vários instrumentos para avaliar o impacto do trabalho realizado – observação directa e registo, actas de reuniões e entrevistas a pessoas ou a entidades envolvidas no programa – a LIGA foi reunindo os indicadores que atestavam o sucesso do projecto, nomeadamente (1) a boa articulação entre pessoas e entidades envolvidas no funcionamento da Unidade Local e (2) a concretização do projecto, através da abertura de novas Unidades Locais.

Também o trabalho com as famílias, no início do projecto, se revelou particularmente sensível, pois, num primeiro momento, os pais manifestaram sentimentos ambivalentes – se, por um lado, ficavam interessados e sensibilizados com a oportunidade de terem os seus filhos na escola regular, por outro, manifestavam receio pela participação dos seus filhos no projecto – *como iriam ser aceites na escola?*

Este sentimento implicou o acompanhamento atento às famílias, por parte da equipa da LIGA que conduziu o processo, construindo, a par e passo, uma aliança que permitiu a superar as barreiras que se iam colocando no percurso.

Tendo o processo de implementação da primeira Unidade decorrido com sucesso, as famílias que nele participaram constituíram-se também como parte da equipa que preparou a implementação da próxima Unidade Local, numa acção multiplicadora de força e dinamismo.

Assim, quando um novo grupo de famílias iniciava o processo de preparação para a passagem dos seus filhos da LIGA para uma Unidade Local, realizava-se um primeiro encontro com a equipa do programa, uma Família já abrangida pelo projecto e os Pais da Unidade Local a ser implementada. Nesta reunião explicitavam-se os objectivos do programa, definiam-se as áreas de participação e os níveis de responsabilidade da LIGA, da Escola e das famílias daquele grupo. A definição clara das áreas de participação e responsabilidade das famílias era fundamental, uma vez que o Projecto Unidades Locais pressupunha um maior protagonismo da família no processo educativo dos seus filhos, nomeadamente através da co-responsabilização em todo o trabalho desenvolvido e na gestão financeira da Unidade Local.

A presença de uma família com experiência no projecto nesta preparação revelou-se importante, constituindo um testemunho positivo e encorajador, e contribuindo para a redução de receios que os pais manifestavam face à mudança que se perspectivava. Estes receios materializavam-se em interrogações e dúvidas relativas à efectiva aceitação dos seus filhos por parte da comunidade educativa, mas também na qualidade efectiva da resposta especializada, dada pela LIGA no

usufruindo de apoio terapêutico da LIGA, num espaço próprio cedido pela escola (Programa de Educação Inclusiva).

contexto da escola regular, às necessidades educativas, complexas e específicas, destes alunos.

Nesta fase, constituíam-se como indicadores de sucesso do projecto a assiduidade das famílias às reuniões e a boa articulação entre as famílias e as restantes pessoas ou entidades envolvidas no programa. Os meios de avaliação utilizados eram as actas de reuniões, os registos de intervenção de pais na resolução de problemas e os inquéritos de satisfação realizados às famílias.

Antes da Unidade Local entrar em funcionamento, a LIGA realizava acções de formação e informação, na estrutura em que iria funcionar a Unidade Local, dirigidas ao pessoal técnico e não técnico, aos utentes e suas famílias. Estabelecia também contactos com as Autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais) e outras estruturas da Comunidade (das áreas da saúde, educação, recreação, ...) a fim de divulgar *o nascimento* da nova Unidade, estabelecer interacção e favorecer a posterior participação da mesma em actividades, serviços e recursos locais.

Na sequência destas acções, eram posteriormente elaboradas estratégias de sensibilização destinadas às crianças que já frequentavam a escola e suas famílias. Por vezes, eram os próprios professores que faziam esta sensibilização sobre a abertura da Unidade Local; outras vezes, pediam que fosse a equipa da LIGA a realizá-la, através de reuniões especialmente programadas para o efeito.

Destacamos ainda dois aspectos relevantes nesta fase de sensibilização à comunidade escolar – a presença e testemunho dos pais de uma criança com multideficiência, que já frequentava outra Unidade Local, e a apresentação de cada criança que a iria frequentar, mostrando uma fotografia sua e dando relevo aos seus gostos, características e preferências.

A avaliação desta fase era realizada através do registo de contactos estabelecidos e reuniões realizadas (com Equipa de Ensino Especial, Director da Estrutura onde funciona a Unidade Local, ...); do registo de actividades colectivas da Unidade Local (participação, tipo de actividades, ...) e de entrevistas efectuadas a utentes da estrutura onde funcionava a Unidade Local, ao pessoal técnico e não técnico. Os indicadores de sucesso traduziam-se pelo número e tipo de actividades participadas, ao nível da estrutura onde funciona a Unidade Local e da comunidade em que se inseria essa estrutura, pelos apoios locais e comunitários obtidos para a realização de actividades das Unidades Locais e pela eliminação de barreiras à integração de pessoas com NEE e suas famílias.

Procurava-se, depois, que o momento de inauguração da Unidade fosse um momento de festa, onde se desejava que participassem todas as forças vivas da comunidade, convidadas a estar presentes através de uma ampla divulgação local.

Nesta fase, tinha já sido constituída a equipa, a cargo da LIGA, envolvendo a formação de técnicos auxiliares, terapeutas e da própria coordenadora, para o exercício de novas competências; tinham-se realizado obras de adaptação (com o apoio das entidades de poder local: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), bem como efectuado a aquisição de equipamento e de material, função que estava a cargo das famílias de utentes das Unidades Locais, com o apoio da LIGA.

O funcionamento das Unidades Locais

Recursos Humanos – Constituição da Equipa e suas funções

Cabia à LIGA a decisão sobre a composição da equipa deste projecto. Inicialmente, esta era constituída por uma Psicóloga, que exercia funções de Coordenadora; uma Técnica de Serviço Social, que mantinha ligação com as autoridades locais e forças vivas da comunidade, de forma a consciencializar e informar a comunidade da existência da Unidades Locais, e fomentar a participação da comunidade nas mesmas; e um Técnico Auxiliar por cada dois utentes, com formação realizada na LIGA e experiência mínima de dois anos em trabalho directo, que assegurava o Programa Educativo estabelecido em equipa e com os pais, para cada criança. O papel do Técnico Auxiliar é valorizado e destacado como fundamental neste contexto.

Havia também uma equipa itinerante, que integrava uma Fisioterapeuta, uma Terapeuta Ocupacional e uma Terapeuta da Fala que, em sistema rotativo, se deslocam semanalmente a cada Unidade Local; uma Médica Fisiatra e Pedo-Neurologista que efectuavam consultas médicas, de três em três meses, nas Unidades Locais; e as famílias das crianças da Unidade Local, a quem cabia a gestão da Unidade.

Em relação à equipa itinerante, é de destacar a importância das novas funções e competências que lhes eram solicitadas, e os obstáculos que tiveram de ser ultrapassados para a sua efectivação – o seu papel agora tinha uma vertente mais ampla: para além das funções específicas de cada técnico, as suas funções passaram também a contemplar a partilha e o *empoderamento* dos auxiliares, e outros elementos na comunidade educativa, para estes poderem, com confiança, adequar a sua acção às necessidades específicas de cada criança.

O crescimento do projecto e a avaliação constante e permanente das necessidades dos alunos, levou mais tarde à sua reformulação, trazendo à equipa novos técnicos cujas competências vinham responder às necessidades avaliadas, nomeadamente Técnicos Superiores de Reabilitação e Educadores de Infância.

Competia à equipa em parceria com os pais, delinear o Programa Educativo Individual (PEI) de cada criança. Este incidia sobretudo nas áreas da motricidade, comunicação, socialização e actividades de vida diária.

O trabalho de parceria com as famílias

No Projecto Unidades Locais, Famílias e Equipa da LIGA partilhavam necessidades e tentavam descobrir soluções em conjunto – aos pais era pedido não só que enunciassem os problemas, mas igualmente que participassem activamente nas suas soluções.

De acordo com este princípio, a gestão da Unidade era feita pelas famílias, que geria o subsídio atribuído a cada aluno pelo Ministério da Educação. O objectivo era possibilitar a sua acção como elementos participantes, activos, da própria equipa, diminuindo assim os seus receios iniciais e construindo, progressivamente, a sua confiança no projecto.

Em cada Unidade Local, o grupo de pais elegia, rotativamente, a família responsável pela aquisição do material e equipamento. Verificava-se, no entanto, uma grande flexibilidade e diversidade de procedimentos no modo como cada Unidade Local assumia esta gestão, uma vez que cada uma tinha um contexto próprio, que se traduzia em características e necessidades particulares.

Outro dos objectivos que a LIGA procurou levar a cabo, ao envolver activamente as famílias na gestão da Unidade Local, foi promover a interajuda, a partilha e o apoio mútuos, pois constatou-se que muitas famílias moravam na mesma comunidade, ou até no mesmo bairro, mas não se conheciam. Faziam-se reuniões mensais, em horário flexível (fins de tarde, Sábados, ...), com a presença da Coordenadora do Programa (Psicóloga), a Técnica de Serviço Social e os Pais, onde se partilhavam necessidades, planeavam actividades e desenhavam estratégias, no sentido da resolução de situações/problema que iam surgindo, nomeadamente para a aquisição de material ou equipamento necessário, e que passavam, inclusive, pelo apelo ao auxílio da família alargada e à comunidade envolvente.

Em alguns núcleos, os Pais reuniam-se em casa uns dos outros, ou em instalações cedidas pela comunidade, para preparar esta reunião com a Coordenadora e Técnica de Serviço Social. Aos poucos, começou-se a verificar que alguns grupos também se apoiavam uns aos outros fora do contexto da Unidade, pelo que o objectivo de criar uma rede de apoio mútuo se foi construindo em simultâneo.

Reuniões

Para garantir o bom funcionamento das Unidades Locais, eram realizadas reuniões frequentes com os diferentes intervenientes neste Projecto (reuniões mensais com o Director(a) e Professores da Escola de Ensino Básico onde a Unidade estava

inserida; reuniões semanais da equipa fixa, por Unidade Local; reuniões mensais do núcleo itinerante; Reuniões de pais de cada Unidade Local com a equipa; Reuniões entre pais de cada núcleo)

Cada reunião cumpria diferentes objectivos e, por isso, a sua periodicidade era adaptada às necessidades verificadas por todos os actores do projecto.

Uma análise do conteúdo das actas destas reuniões, permitiu verificar como, de forma simples mas rigorosa, contribuíam efectivamente para a resolução de problemas quotidianos, bem como para o desenvolvimento de estratégias que possibilitassem enfrentá-los.

Actividades desenvolvidas

A vivência de cada Unidade Local com a Escola, as Famílias e a Comunidade, traduziu-se num conjunto de iniciativas fundadas no desejo de comunicar, de conhecer os outros e de se dar a conhecer. Estas constituíram-se como andaimes para a edificação dos princípios e valores enunciados pela LIGA e que se pretendiam ver concretizados neste projecto.

Neste âmbito, são muito diversificados e detalhados os relatos de experiências, ao longo dos anos, de (1) Actividades desenvolvidas na Escola onde a Unidade Local está implementada, nomeadamente participação e dinamização de recreios, passeios e festas; (2) Actividades desenvolvidas na sala da Unidade Local, com a colaboração das crianças da escola; (3) Actividades desenvolvidas na comunidade e (4) Actividades desenvolvidas com a Família.

A análise destes registos, bem como da avaliação que foi sendo realizada e registada sobre estas diferentes práticas – através de observação, questionários e entrevistas – permite-nos afirmar que, de forma persistente, flexível e acolhedora, as Unidades Locais foram conquistando o seu lugar junto de toda a comunidade educativa.

O excerto de um questionário, que apresentamos em seguida, realizado a alunos das escolas onde se situavam as Unidades Locais, evidencia a relação estreita estabelecida entre todas as crianças.

Para o ano há meninos novos que vêm para a tua escola. Se tivesses que falar a esses meninos sobre as crianças da Sala da Unidade Local, o que dirias sobre eles?

Não tenhas medo do Hélder que ele é teu amigo – se o passeares pelo recreio vais ver que é divertido. Maria, 9 anos (UL Arroios)

A Maria anda num andarilho, qualquer dia está a pular, a correr, a saltar, porque quase já anda. Isabel, 9 anos (UL Arroios).

O Daniel é simpático, gosta de fazer desporto, é imitador (no bom sentido) e gosta de pintar. Helena, 9 anos (UL Arroios)

O João Pedro é um óptimo modelo de criança, a Gina uma cantora genial e a Vanessa faz muito bem ginástica, parece que faz abdominais. Neuza, 8 anos (UL Queluz)
David é o meu preferido e é a minha companhia. É o meu melhor amigo. Mamadú, 2º ano (UL Mem-Martins)

Excerto do Questionário aos alunos das Escolas de Ensino Regular onde as Unidades Locais⁴ se localizam

Notas finais

Hoje as Unidades Locais da LIGA deram lugar às Unidades Especializadas em Multideficiência e Surdocegueira Congénita⁵, conduzidas pelo Ministério da Educação.

Conscientes da importância desta medida de difusão de uma boa prática, para as crianças, famílias e toda a comunidade educativa, mas também cientes do risco de descaracterização inerente à sua expansão, gostaríamos de sublinhar, no contexto da análise realizada sobre os elementos caracterizadores deste projecto, alguns aspectos que consideramos essenciais para a continuidade do seu sucesso – intervenção centrada na família, descentralização/abertura e flexibilidade.

1. **Intervenção centrada na família** – o Projecto Unidades Locais surgiu do desejo e da convicção que a abordagem médico-terapêutica, centrada na criança, fica muito aquém de um modelo sistémico em que a família toma a parte activa no processo de inclusão, que lhe cabe por direito.

A operacionalização deste processo de cooperação passa pelas muitas oportunidades necessárias para que os pais e as famílias construam este sentido de partilha, apoiados pela equipa multidisciplinar, que os auxilia sem, no entanto, os substituir nas decisões a tomar.

Trata-se, como atrás referimos, de um verdadeiro processo de empowerment, que faz emergir competências parentais, sublinhando a confiança dos pais no núcleo familiar, com o apoio da Escola e da Comunidade.

⁴ Foi aplicado um questionário a 123 alunos dos diferentes níveis de ensino (48 com idades compreendidas entre os 8 e 9 anos; 48 com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, e 17 entre os 6 e os 7 anos. 53 do sexo masculino; 70 do sexo feminino), que participaram nas actividades com as crianças das Unidades Locais, no sentido de saber o seu grau de satisfação pelas actividades desenvolvidas assim como analisar a sua representação face aos colegas com deficiência. O questionário foi aplicado de forma aleatória a alguns alunos que participaram nas actividades de diferentes Estabelecimentos de Ensino. É de salientar que aos alunos do 1º e 2º ano o questionário foi aplicado através de entrevista devido à sua idade cronológica e consequente dificuldade em transmitirem as suas opiniões através de texto escrito.

⁵ "As unidades especializadas são um recurso pedagógico especializado dos estabelecimentos de ensino regular do ensino básico, constituindo-se como uma resposta educativa diferenciada que visa apoiar a educação dos alunos com multideficiência e com surdocegueira congénita, fornecendo-lhes meios e recursos diversificados. Com esta resposta educativa procura-se que os alunos tenham acesso a informação que os ajude a realizar aprendizagens significativas e possam participar em actividades desenvolvidas com os seus pares sem necessidades especiais." (ME/DGIDC, 2005:14)

No caso das crianças com multideficiência, este envolvimento ainda é mais premente – só um processo que ajude as famílias e as crianças a serem reconhecidas pela comunidade, pode potenciar o desenvolvimento de recursos nessa mesma comunidade, capazes de crescer e se multiplicar, evitando a institucionalização dos jovens com multideficiência⁶ num futuro próximo.

2. Descentralização e abertura – A atitude de disponibilidade e abertura, face à Comunidade e à Escola onde cada Unidade Local se localizava, foi essencial para desenvolver um trabalho cooperado promotor de laços afectivos, e efectivos, com todos os agentes envolvidos – crianças, famílias, docentes, funcionários e pais de toda a escola, responsáveis autárquicos, camarários, bombeiros, comércio local, ...

O papel da equipa, fixa e itinerante é, neste sentido, importantíssimo – através da formação, anterior ao desempenho de funções nas Unidades, e da formação em serviço levada a cabo por todos os seus elementos, potenciava-se a reflexão, que se revelava essencial para o compromisso profissional de abertura à comunidade e à escola.

O facto das Unidades Locais terem nascido e crescido na continuidade da filosofia de Inclusão da LIGA, conferiu-lhes uma tendência de abertura e colaboração, que permitiu que o seu sentido de pertença, *àquela* escola e *àquela* comunidade, fosse desenvolvido.

Será fundamental que, na organização das Unidades Especializadas, a atitude de abertura seja um princípio basilar, para que se desenvolvam novas e entusiasmantes formas de cooperação entre a Unidade, a Escola e a Comunidade.

3. Flexibilidade – uma das mais determinantes características do Projecto das Unidades Locais está na sua flexibilidade. Tendo em conta que cada Escola tem uma dinâmica e projecto próprios e que cada grupo de crianças e suas famílias têm características e necessidades específicas, apesar de existirem linhas comuns, é na singularidade das circunstâncias de cada Unidade que se definia o seu projecto.

Estes princípios – intervenção centrada na família, descentralização e abertura e flexibilidade – reflectem, por sua vez, os princípios que configuram a acção da própria LIGA, enquanto Centro de Recursos.

⁶ A escola regular do 1º ciclo do Ensino Básico não pode acolher jovens com mais de 16 anos, pressupondo a existência de outras respostas, ao nível da comunidade de residência, no mesmo espírito inclusivo que caracterizou as Unidades Locais. As famílias têm aqui um papel importantíssimo na afirmação dos seus direitos e na procura destas respostas, em parceria com os outros agentes educativos, que garantam a continuidade de integração dos seus filhos no ensino regular.

No domínio da transformação das Instituições de Educação Especial em Centros de Recursos, como em tantos outros em que existem mudanças determinadas por políticas estatais, consideramos fundamental que estas transformações se apoiem e inspirem em boas práticas; que procurem aprender com as conquistas e os erros anteriormente cometidos; que reflectam, também aqui, de forma verdadeiramente inclusiva, sobre a importância do contributo de diferentes formas de perspectivar e actuar sobre a realidade que desejam modificar – sobre o que já se aprendeu, e sobre o que, com base nesta aprendizagem, se deseja realizar no futuro.

Questionamo-nos – será possível construirmos uma escola inclusiva, que inclua todas as crianças mesmo aquelas que têm NEE mais profundas, sem o apoio, a parceria da educação especial? Acreditamos que não.

Será possível construirmos um novo tipo de educação especial que vá ao encontro das verdadeiras necessidades das crianças, das famílias, das escolas, das comunidades, em contextos inclusivos? Acreditamos que sim.

É na riqueza da diversidade, que só conquistamos se estivermos dispostos a possibilitá-la e reconhecê-la, que Instituições como a LIGA podem fazer a diferença.

Bibliografia

Carneiro, R. (2003). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Correia, L. M. (Ed.) (2003). *Educação especial e Inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora.

Damásio, A. (2002). *O Sentimento de Si – O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.

Ministério da Educação/DGIDC (2006). *Reorientação das Escolas Especiais em Centros de Recursos - Documento Estratégico*. Lisboa: DGIDC.

Nascimento, A. T. B. (2009). *Liga Portuguesa dos Deficientes Motores: de Instituição de Educação Especial e Reabilitação a Centro de Recursos, de Centro de Recursos a Fundação: estudo de caso de uma organização*. Tese de doutoramento. Braga: Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9528>

Nascimento, A. T. B. e Santos, F. (2006). *Projecto Unidades Locais*. Lisboa: Fundação Liga.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO.